

A partir de segunda acontecem as assembléias regionais para discutir a contra proposta da Celesc para o Acordo Coletivo 97/98. Cada sindicato vai informar a data para sua base.

linha viva

Número 428 . 18 Setembro 97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

EDITORIAL

ABONO ZERO



É a oferta que o diretor financeiro Oscar Falk teimou em levar para a reunião de negociação da última terça-feira. Na reposição salarial evoluiu de 2% para 2,96%, uma ninharia.

O discurso positivo que o presidente Eduardo Pinho Moreira vem fazendo a respeito da competência do corpo funcional da Celesc, da sua contribuição efetiva para que a empresa tenha alcançado os resultados tão largamente noticiados nos meios de comunicação, concretamente não está se refletindo na mesa de negociação. No final do mês, quando o celesquiano vai pagar a prestação da casa ou o aluguel, quando vai pagar a compra no supermercado, não adianta mostrar ao credor uma cópia de um discurso bonito do presidente. O credor quer dinheiro vivo.

Que Oscar Falk é um empatador de acordo nós já sabíamos, afinal essa sua folclórica trajetória é bastante conhecida nas negociações de acordos com trabalhadores de diversas empresas da agricultura e do funcionalismo público. O que não sabíamos é que Pinho Moreira poderia dar a Falk carta branca para impingir aos trabalhadores da Celesc a perda das cláusulas econômicas.

Se não é isto, o presidente deve afinar o discurso com a prática. Ou seja, sentar hoje à mesa de negociação com a disposição e tinta suficiente na caneta para dar à negociação um rumo que leve ao acordo e não ao impasse já apontado por Falk.

Confira o que foi discutido

Recomposição da tabela salarial	Não
Reposição de perdas	2,96%
Aumento real de salários	Não
Abono salarial	Não
Política salarial	Não
Sobreaviso	Pendente
Lib. dirigente sindical	Pendente
Abono de férias	Pendente
Auxílio alimentação	Pendente
Conselho de rep. dos empregados	GT apresenta estudo/180 dias
Programa de prep. à aposentadoria	Sim, com modificação no texto
Indenização por danos em veículos	Não
Conselho de Administração	Sim, através de deliberação
Horário verão Linha Viva	Pendente
Programa de prevenção/álcool	Sim, extensão para aposent. e pensionistas

X Enel decide por contrato coletivo de três anos

A pauta nacional aprovada no X Enel (Encontro Nacional dos Eletricitários) realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 11 e 14 de setembro, além de cláusulas habituais como a garantia de emprego traz algumas novidades. A primeira é a de transformar o acordo coletivo deste ano num contrato coletivo, com validade para três anos. Outra reivindicação é a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais e a garantia de readaptação e treinamento por parte das empresas para os trabalhadores que forem atingidos por inovações tecnológicas.

Os delegados do X Enel, representando eletricitários que trabalham em empresas do grupo Eletrobrás em todo país, referendaram a indicação de que esta campanha salarial busque a integração com as comunidades atingidas por barragens, indígenas e MST. Reivindicações destes setores ligadas ao setor elétrico, como garantia de eletrificação nos assentamentos e acampamentos do MST, serão incluídas nas



negociações (as gerais na pauta nacional e as regionais nas específicas).

Esta campanha, a exemplo dos anos anteriores, buscará, além de inserir os eletricitários nas questões nacionais, a unificação, através da CUT, com outras categorias que tem data base no segundo semestre (bancários, petroleiros, telefônicos).

Metade da agenda do X Enel foi dedicada à discussão de campanhas e medidas contra a privatização. Também foram aprovadas várias moções entre elas uma contra a demissão dos aposentados na Eletrosul, uma semelhante à aprovada pelos trabalhadores da Eletrosul contra a privatização e outra contra a condenação do líder do MST, José Rainha. Durante os debates sobre previdência e fundações, a plenária se posicionou contra a forma como está sendo feita a reforma da previdência e pela manutenção e garantia dos benefícios das fundações.

Campanha contra privatização repercute na comunidade catarinense

Esta semana os esforços da campanha se centraram nos municípios do interior. Em Palhoça, na terça-feira, 250 estudantes ouviram a mensagem de defesa de uma Eletrosul e Celesc públicas (matéria na próxima edição). No debate em Concórdia, o presidente da Celesc surpreendeu os vereadores com sua posição.

"Não vai haver debate". Ao pronunciar esta frase o presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, esfriou os ânimos dos 19 vereadores de Concórdia, que tinham se programado para assistir, na noite de quinta-feira passada, uma discussão entre a Intersindical dos Eletricistas e a direção da Celesc sobre a privatização. Depois da explanação do diretor do Sinergia, Mauro Passos, sobre os problemas que virão caso a Eletrosul e Celesc sejam vendidas (veja matéria sobre debate em Itá), a expectativa dos vereadores era a de que Pinho Moreira defendesse um ponto de vista contrário. Mas, como ele anunciou de saída, a sua posição é a mesma dos sindicatos. "Podemos divergir em alguns números, mas é só".

Diante disso, o restante da sessão foi ocupada pelos vereadores para falar de sua surpresa e alívio. Os vereadores do PMDB porém mostraram-se perplexos e sugeriram que o governo Paulo Afonso faça uma ampla divulgação sobre sua posição contra as privatizações "para que se evite o desgaste que nós, vereadores do PMDB, estamos tendo nas nossas regiões frente à comunidade".

UNANIMIDADE

Se todos catarinenses recebessem a mensagem que está sendo passada nas Câmaras de Vereadores do estado, com certeza haveria um sentimento comum no sentido de preservar a Eletrosul e Celesc da privatização. E isto, fatalmente inibiria qualquer iniciativa política que visasse a venda das duas estatais. Esta foi a conclusão ao final da sessão na Câmara de Concórdia, que ficou lotada na noite de quinta-feira. "Este tipo de discussão tem que existir. Até o final do ano que vem não há risco de privatizar a Celesc. Mas não podemos baixar a guarda", alertou o presidente da Celesc.

"É na conversa, mostrando os fatos, formando opiniões, que convenceremos as pessoas - no bom sentido. Com estes argumentos o projeto neoliberal não passa", acredita Mauro Passos.



debate na Câmara de Concórdia

Pinho Moreira completou alertando que a venda das estatais sempre vai depender da vontade dos governantes e da Assembleia Legislativa, "mas acredito que, se a Celesc se aprimorar, ela se tornará irremediavelmente imprivatizável". Enquanto isto, ele assegurou: "este assunto não será tratado enquanto eu estiver na presidência. Se for, não serei mais presidente da empresa. A Celesc tem uma função social que ela cumpre e ainda dá lucro. Se for privatizada Santa Catarina vai perder dinheiro. E se tiver que comprar energia de uma Eletrosul privatizada a situação também vai ficar difícil."

Mas, concordou Pinho Moreira, "temos que estar alerta". A Copel, por exemplo é audaz. Ela é pública no Paraná, mas quer comprar a Celesc. Deu uma namorada recente no norte de Santa Catarina. Vamos resolver este problema construindo usinas na região de Joinville".

DEBATE EM ITÁ

Quatro nove vereadores de Itá e cerca de 30 eletricistas no Clube Cruzeiro, na noite de quarta-feira passada 10 de setembro, para ouvir a Intersindical dos Eletricistas falar sobre a importância da Eletrosul e da Celesc no desenvolvimento de Santa Catarina, o que representará a privatização destas empresas e como cada um pode pagar da campanha contra estas vendas.

Os diretos do Sinergia, Mauro Passos e Clênio Braganholo, presidente da Aprosul, Aldo Ferrari, debateram a importância daquela pequena comunidade por mais horas e, ao final, concluíram que o estado ficará economicamente fragilizado caso o setor elétrico seja passado a iniciativa privada e os catarinenses enfrentarão dificuldades se, além destas, forem vendidas estatais a Casan e o Besc.

RETICA

O debate a privatização só não encontra aliados na diretoria Eletrosul (veja matéria sobre encontro em Concórdia posição da diretoria da Celesc), que, ao contrário, age fortalecer a política de FHC e se opõe a qualquer iniciativa dos sindicatos, até para um simples debate sobre o risco na dependência da empresa.

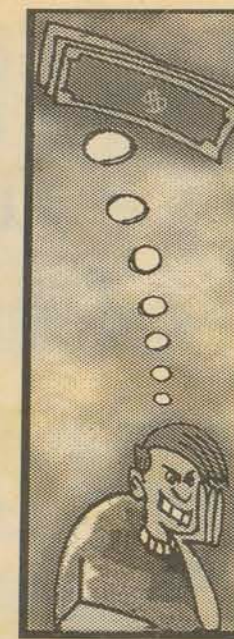
Na quinta passada a direção da Eletrosul havia programado debate com os trabalhadores de Itá sobre "Clube de Inimigo". Junto com o convite, foi dado um prazo de 15 minutos para se atrasasse um minuto não poderia mais entrar na sala onde aconteceria a explanação. No final da noite de quarta-feira porém, logo após a chegada dos representantes da Intersindical dos Eletricistas em Itá, a Eletrosul suspendeu o evento. Os sindicalistas, é claro, haviam proposto a também participar do encontro e dar o seu ponto de vista contrário aos Clubes de Inimigos.

DEPENDÊNCIA

No debate em Itá, quarta-feira à noite, foi reforçada a interdependência entre a Eletrosul e Celesc. Santa Catarina gera apenas a energia que consome. Se a Eletrosul deixar de existir Celesc terá que comprar os 95% que lhe falta da iniciativa privada. E, como em qualquer negócio, o objetivo de empresário é o lucro, vender mais caro do que o custo tem para produzir aquele bem.

"A partir do ano passado, grandes consumidores - como a Sadieste região - podem comprar energia diretamente de quem produz. No futuro, todos grandes consumidores terão contratos diretos. Aqui em Itá, por exemplo, parcela da energia que será produzida pela hidrelétrica vai ser vendida. Itá vai fornecer sua energia para os integrantes do consórcio que estão acabando a obra. Sendo assim blocos expressivos de energia terão um destino definido. E, é difícil imaginar que vai faltar energia para o consumidor residencial, para o pequeno empresário, para aqueles que terão condições de comprar direto", explicou a Intersindical.

Tanto a Eletrosul quanto a Celesc, por serem públicas, têm um compromisso social, traduzido, por exemplo, em levar energia para comunidades rurais e para os consumidores de baixa renda. "Não se diferencia quem. A energia é entendida como um bem público de todos. Já na ótica do capital privado a energia é mercadoria e o que vale é o lucro. Quem puder pagar o preço cobrado terá energia, quem não puder, não terá luz de vela", comentou Mauro Passos durante o debate.



CUT alerta para ações de correção do FGTS

Tem aparecido gente nos locais de trabalho sugerindo aos trabalhadores que entrem com ações que visem a correção do FGTS decorrente dos expurgos dos planos econômicos.

Preste atenção. A CUT/SC aconselha o trabalhador a aguardar decisão da justiça sobre o assunto.

Acontece que, em Santa Catarina, o Ministério Público Federal, através do Procurador Rui Sulzbacher, propôs uma Ação Civil Pública, em 31.08.92, representando todos os trabalhadores no estado. Esta ação visa recompor as perdas do Plano Bresser (IPC de junho de 1987 = 26,06%); do Plano Verão (IPC de janeiro de 1989 = 70,28%); e do Plano Collor (IPC de março e abril de 1990 = 84,32% e 44,80%).

Esta ação já foi julgada procedente pelo juiz da 1ª Vara da Justiça Federal/ Porto Alegre. Desta ação foram interpostos recursos - especial e extraordinário. O recurso especial foi recebido e remetido para o STJ de Brasília. Se a decisão for favorável ao Ministério Público, todos trabalhadores catarinenses terão direito a receber as diferenças.

O Coletivo Jurídico da CUT/SC aconselha os trabalhadores que não contrataram nenhum advogado e não propuseram as ações, a aguardar o desfecho desta ação promovida pelo Ministério Público. Existe a possibilidade, se entrarem com uma ação agora, de que algum juiz entenda que a prescrição aplicável é a quinquenal, estando assim prescritas as diferenças decorrentes dos planos econômicos em questão. Clemente Mannes, secretário geral da CUT/SC, conclui, "contratar advogado para atuar neste sentido é agir precipitadamente, além de desnecessário".

Participe da festa do Sinergia!

Jogos, churrasco, música, dança, brincadeiras e muita descontração. Assim será a comemoração dos 36 anos do Sinergia no sábado, dia 27, na Associação Beneficente dos Servidores do Sistema Fiesc (ASFISST), Campeche. A festa, que foi uma deliberação da 2ª Plenária contra a Privatização, quer confraternizar os associados e suas famílias, funcionários e diretores do sindicato. As atividades esportivas programadas são as seguintes: 4 equipes de futebol suíço (masculino e feminino), 4 de vôlei misto, 8 equipes de bocha simples, 8 duplas de canastra e outras 8 de dominó. Os "atletas" interessados nestas têm que fazer sua inscrição até às 18 horas do dia 23, próxima terça-feira. Também terá tênis de quadra e sinuca, mas nestes casos as inscrições podem ser feitas no local, antes das competições. As crianças vão ter atividades de recreação enquanto os pais podem também participar de um concurso de dança. Tudo isso embalado por uma animada banda. Com a sua presença, a festa será ainda melhor! Inscreva-se já no Sinergia (224-9114), com Marcos Sumar na Celesc (237-6111) ou Cláudio Corrêa na Eletrosul (242-1103).



CADASTRO

Se você é associado do Sinergia não deixe de refazer o seu cadastramento. Com o cadastro atualizado e informatizado o sindicato terá condições de prestar um serviço melhor ao eletricista.

SAÚDE & TRABALHO

Oferecer um método onde os trabalhadores tenham conhecimento do ambiente e da organização do trabalho para neutralizar ou acabar com os riscos na jornada. Este é o tema do curso SAÚDE E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO, que vai do dia 30 de setembro a 02 de outubro no Sindicato dos Bancários de Florianópolis. A carga horária será de 9 horas e o curso é de interesse de todos os trabalhadores de base, cipeiros e dirigentes sindicais. Informações pelo telefone (048)224-9922.

MANDATOS ÀS CLARAS

O compromisso de mandatos populares é fazer da política um espaço democrático e participativo. Por isso os parlamentares do Partido dos Trabalhadores, numa atitude de transparência que deve ser seguida pelos outros partidos, farão uma prestação de contas ao povo que os elegeu. Será em Florianópolis, no próximo sábado, dia 20, na Esquina Democrática da Felipe Shimidt, das 10 às 12 horas. Cobre dos seus parlamentares esta atitude!

ADEMIR ROSA

O ator, membro da Pastoral da Terra, professor de Sociologia Rural da UFSC e ativo militante político, Ademir Rosa, falecido neste ano, poderá ter seu nome em uma das casas de espetáculo mais famosas do estado: o Teatro do CIC, em Florianópolis. A proposta vem do Deputado Estadual Pedro Uczai, do PT e é somado ao projeto, um abaixo assinado pela classe artística e simpatizantes da área cultural.

PIOR A EMENDA...

O LV criticou tempos atrás a participação da Elos num evento que debaterá as melhores formas de participar do "Programa Nacional de Desestatização", ou seja da privatização das estatais brasileiras. A diretoria da Elos, em correspondência ao jornal esclareceu que a Elos não está gastando dinheiro com a promoção do encontro, mas que "apenas coordena" o evento, que segundo a fundação "é totalmente custeado por patrocinadores externos".

PL/96

Mais uma vez a diretoria da Eletrosul foi irresponsável. Marcou o dia 15 de setembro para o pagar a PL/96 e não cumpriu, gerando uma falsa expectativa, com graves consequências pessoais aos empregados. Que data vão anunciar agora?

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathias (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocadia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC CEP 88015-030. Fone (048)224-9114. Fax 224-9104 e-mail: sinergia@matrix.com.br

Agenda da Campanha

14 horas - Reunião de negociação ACT/Celesc - na Central

16 horas - panfletagem no terminal urbano Cidade de Florianópolis sobre rolagem da dívida de Santa Catarina

Dia todo, distribuição do LV, com ênfase nas atividades da campanha: Antônio Carlos, Biguaçu, Tijucas, Canelinha, Nova Trento, Rancho Queimado.

13h 30min - Reunião de negociação ACT/Celesc - na Central

Dia de pegar material da campanha e distribuir no seu condomínio, rua, escola do seu filho, etc

Contatar Vilma (231-7167) Cláudio (231-7966) Jucemar (231-5696) ou no Sinergia (224-9114).

Estão sendo agendados para a próxima semana debates nas Câmaras de Vereadores de diversos municípios do interior, entre eles Laguna e Zortéa (emancipada de Campos Novos). Se você quer que o assunto seja discutido na sua cidade, ligue para o Sinergia!

18 de setembro quinta-feira

19 de setembro sexta-feira

Assembleia terá mais tempo para avaliar rolagem



Aproveitando o fato do governo federal ter prorrogado até 31 de março o prazo para a adesão formal dos estados ao programa de ajuste fiscal, a Assembleia Legislativa de SC terá mais tempo para decidir sobre a proposta do Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, para a rolagem da dívida do Estado. Nesta semana os sindicatos estão contatando os deputados para que o projeto do governo do estado seja rejeitado e que eles peçam uma auditoria das contas para apurar realmente o que Santa Catarina deve. "Queremos uma solução, mas sem privatizações, sem atraso no pagamento dos servidores e a intensificação na cobrança dos sonegadores e na melhoria da arrecadação" fala Arno Cugnier, representante da Intercel nas discussões sobre a rolagem.

A proposta do governo federal é de assumir as contas dos estados, mas em troca quer receber ativos e ações das empresas públicas, ou seja, uma privatização forçada. No final da semana passada uma das informações dada por Wedekin durante a audiência pública, foi desmentida em um dos maiores jornais do país. De acordo com a Gazeta Mercantil, apenas dois estados já oficializaram o acordo de rolagem das dívidas públicas: São Paulo e Mato Grosso. Wedekin havia dito que apenas Santa Catarina não havia decidido a questão.

Um projeto socialista para o novo milênio

Heinz S. Steffan, sociólogo alemão está há 20 anos no México. Diz que chegou por casualidade, "como Cristóvão Colombo e acabei me encantando. O México é muito atraente". Um bom lugar de viver para quem sempre pensou o mundo e a vida com as tintas da esquerda.

Steffan esteve em Florianópolis, na semana passada, para um seminário na UFSC e, aproveitando a sua passagem, proferiu uma palestra aberta sobre a atualidade do pensamento de Ernesto Che Guevara, cuja morte este ano completa 30 anos.

Steffan estudou e doutorou-se em Sociologia na ex-Alemanha Federal. Há 20 anos trabalha na Universidade Autônoma do México como professor de Sociologia. O Linha Viva falou um pouco com o sociólogo sobre a conjuntura mundial, o Che, e as alternativas que despontam entre a esquerda.

LV - Estamos no meio de uma enxurrada de informações sobre o Che. Isto é positivo?

Existe um grande déficit no trabalho ideológico sobre o Che. Há duas tendências neste momento. Uma de comercializar o Che, por isto o surgimento de tantas biografias, muitas delas mal feitas. Há iniciativa da direita política de aproveitar o Che dividindo a revolução cubana em, 1) a do guerrilheiro bom, que é o Che, e 2) Cuba do malvado, que é o Fidel Castro. Há também a tendência de converter o Che num ícone, numa imagem sem conteúdo que os jovens penduram no quarto, como uma imagem de Michael Jackson. Mas a tendência necessária, a de resgatar o Che para um projeto de sociedade global, não foi feita. Teríamos que resgatar o elemento subjetivo do Che. Ele era, como disse uma vez Fidel, a personificação do *homem novo*, do ser humano novo. E, como Jean Paul Sartre disse: era o homem mais completo de sua época. O exemplo de disciplina de trabalho, de qualidade de trabalho, de solidariedade, de modéstia, de anti-autoritarismo, toda esta série de qualidade humanas extraordinárias, seriam importantes como modelo de dignificação para a juventude. A juventude está entregue às ideologias do capital. A única possibilidade de recuperar o Che para além da imagem e do subjetivo é recuperar o projeto socialista. Não o socialismo do passado, mas o projeto socialista para o século XXI, um novo projeto histórico para as maiores.

LV - E quem está fazendo isto?

Tem muita gente. Creio que já temos a essência deste novo projeto histórico. Já há a uma proposta econômica, levantada na Alemanha, sobre uma economia planificada, orientada pelas necessidades dos seres humanos. Onde a retribuição do trabalhador é equivalente às quantidades de horas de traba-

lho, independente de variáveis como sexo, idade, nacionalidade, preparação. Ou seja o diretor de uma empresa que trabalha 40 horas tem direito de consumo equivalente em produtos e serviços de 40 horas de trabalho. Como o mecânico, como o professor. Todos tem a mesma retribuição. O que tem que ser feito neste momento é a política de criação do novo projeto histórico.

LV - Então um sindicato, num momento como este tem um papel muito importante.

São fundamentais. Os partidos políticos têm interesses próprios, que se separam dos interesses das maiorias. Isto em todos os países. Se o sindicato não tem influência nos partidos então nada pode ser mudado. É necessária a combinação da luta eleitoral - que é dos partidos - com a luta nas fábricas, nas ruas. É a união dos dois elementos que permite mudar o neoliberalismo, como estamos vendo hoje na Argentina na questão da flexibilização do mercado de trabalho. É importante que os sindicatos assumam a consciência do seu próprio papel, que é de ir além do economicismo. Os sindicatos tem que se perguntar qual é o seu papel na construção de uma sociedade mais solidária. Não deve contentar-se com seu papel econômico. Então o grande desafio agora é que os sindicatos, assim como os intelectuais, assim como a classe trabalhadora, tomem consciência de que seus interesses não coincidem com os da burguesia, nem da burguesia de Washington, nem da burguesia paulista, nem com a de seus executores políticos.

LV - Estamos em luta aqui contra a privatização.

Esta é uma questão de poder. Dependendo do poder que o governo tenha. O Menem agora cancelou, por enquanto, a imposição da flexibilização do mercado de trabalho, porque teme que a oposição utilize isto na campanha eleitoral de outubro e por isto perca as eleições. No Brasil é a



mesma coisa. Se se consegue uma aliança de partidos, movimento sindical, universidade, um movimento amplo se teria força para barrar as privatizações. Se Cardoso vislumbrar o perigo de perder as eleições por privatizar, não o fará. Porque sua persistência no poder é mais importante que privatizar. A coisa toda está em cobrar um preço político, um custo político tão alto aos executores desta política que os faça dizer: "não faremos isto porque perderemos o controle do Estado". É difícil porque eles tem os meios de doutrinação: a televisão, a imprensa. A esquerda foi muito lenta em avançar ideologicamente neste enfrentamento. É muito lenta também em criar meios de comunicação. Não existir um jornal diário crítico importante no Brasil, de oposição, é um grande atraso. A imprensa brasileira é catastrófica. É fruto da falta de consciência. Não se pode enfrentar com êxito a máquina de manipulação do governo, das transnacionais em separado. Querer assim é uma falta de consciência da força do inimigo.

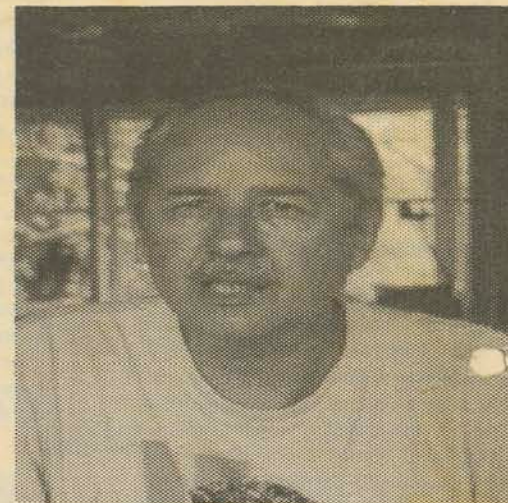
LV - Este projeto que está sendo estudado, o que significa?

Na América Latina hoje existem três alternativas políticas. O neoliberalismo ortodoxo (Menem, Fujimori, Salinas, Aleman) mas este é um modelo de dominação do passado. Já cumpriu sua tarefa histórica e não tem mais credibilidade. Se converteu num problema de estabilidade e governabilidade. Washington vai mudar estes governos com alianças de centro-esquerda à centro-direita. Este vai ser o novo modelo de administração e dominação política para a América Latina para a próxima década, até que se desgaste. Isto é necessário para pacificar as sociedades que foram polarizadas e violentadas pelo neoliberalismo. O que era primordial no início do neoliberalismo - mudar as relações de produção e aumentar as taxas de acumulação do capital - agora entra em conflito com a governabilidade. Então vão controlar mais o capital em benefício de uma maior governabilidade que irão exercer os setores de centro-esquerda. Washington agora concorda que eles cheguem ao poder. O que não foi o caso nas eleições anteriores. Mas continua o status neocolonial. Por isto a bandeira fundamental será luta contra a corrupção, um mercado com coração e todas estas coisas. E em terceiro, existe o projeto político não capitalista, que é o novo projeto histórico, que está se desenvolvendo. Faremos um congresso, em novembro, em Belém, no Pará, para avançar

nisto com gente da América Latina, Alemanha, Itália, França.

LV - Será mais um projeto utópico? Existem condições econômicas, tecnológicas hoje para se fazer isto?

A única condição que falta é o poder. O Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas, na sua última edição de 1997, sobre a situação do trabalho, diz que estão dadas as condições de capital, de



professor Steffan

tecnologia, de conhecimento, de recursos humanos para acabar com a pobreza em menos de uma geração. O que falta é vontade política. Podemos fazer outro cálculo: o Produto Global Bruto (a soma de produtos e serviços que se cria num ano no mundo) é mais ou menos 26 trilhões de dólares. A população mundial é mais ou menos de 5.5 bilhões de seres humanos. Se houvesse uma distribuição democrática a renda per capita seria de mais de 5 mil dólares por pessoa. Com esta quantia os do Primeiro Mundo não viveriam tão bem, mas não viveriam mal. E os daqui viveriam bem. Seria uma sociedade na qual a miséria, o crime, e tudo mais se reduziria tremendamente. Haveria tempo para a cultura, etc. O que impede que isto aconteça é que não temos o poder para fazer isto. Nos Estados Unidos hoje existem 5.7 milhões de milionários e se calcula que no ano 2005 eles serão 14.7 milhões de milionários. Na Holanda hoje existem 100 mil milionários. E ao mesmo tempo existem 1.3 bilhões de seres humanos que tem que sobreviver com menos de 370 dólares ao ano. O que impede a solução deste problema é a relação de poder. Para chegar lá temos que ter um projeto realista, viável, que as pessoas acreditem que se possa conseguir e depois difundir. Por que quando as massas começam a criar numa idéia nada pode pará-las.